

A versão digital da revista está disponível no endereço:

http://www.comunicacao.mppr.mp.br/arquivos/File/ASCOM/MIOLO_-_Revista_MPPR_8_edicao.pdf

Artigos

O papel do Ministério Público na promoção da igualdade racial: Um olhar sobre a mulher negra

Amanda Ribeiro dos Santos e Francisco de Jesus de Lima

O direito de aprender e ensinar: a Base Nacional Comum Curricular e algumas questões contemporâneas do direito educacional

Angela Mendonça, Luciana Linero, Sonia Maria Ruppel, Caroline B. Mezzaroba, Mariana Seifert Bazzo, Mônica Louise de Azevedo e Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Corrupção sistêmica no Brasil - enfrentamento e dificuldades

Antônio César Bochenek e Jânio Luiz Pereira

Controle, transparência e responsividade: planejamentos estratégicos como possibilidade de controle da atividade fim do Ministério Público

Ariane Patrícia Gonçalves

Prevenção à corrupção por meio da educação em direitos humanos e os reflexos da Escola sem Partido

Eduardo Cambi, Fabiana Polican Ciena e Matheus Arcangelo Fedato

A “armadilha” do regime de separação de bens e a humanização do Direito de Família brasileiro

Eduardo de Oliveira Leite

O papel das controladorias internas e do Ministério Público no controle de gastos com pessoal nos Municípios

Leonardo Dumke Busatto e Renata Sordi Lopes de Paiva

O meio ambiente urbano como reflexo da criminalidade nas grandes cidades – Uma criminologia do Meio Ambiente

Luis Ricardo Bernardo Ramos da Silva

Pessoas com deficiência nas eleições: desafios e repercussões para efetivação da Lei Brasileira de Inclusão

Melissa Cachoni Rodrigues e Kalinka Braga Franco

A integridade das decisões a partir do Direito Internacional dos Direitos Humanos e o papel do Ministério Público na esfera estadual de justiça

Rafael Osvaldo Machado Moura e Victor Hugo Anyzewski dos Santos

A importância das Associações Comunitárias na construção de uma sociedade democrática

Régis Rogério Vicente Sartori e Mychel Renato de Lima

A tecnologia neutraliza e ressignifica a constitucionalidade do artigo 600 §4 do Código de Processo Penal?

Rodrigo Regnier Chemim Guimarães e Leandro Bauer

Identidade coletiva faxinal na relação de pertencimento com a terra: o papel do Município no reconhecimento de direitos dentro da tipologia de competências da Constituição Federal de 1988

Rogério Rudiniki Neto e Thimotie Aragon Heemann

Obrigatoriedade de cobertura contratual da internação domiciliar (home care) em substituição à hospitalar pelos planos de saúde e a consolidação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça

Thaís Regina Mylius Monteiro

Seção Estudante

Princípio da vedação de proteção deficiente nos casos de redução a condição análoga à de escravos

Lina Tieco Doi

Resenha

Processo coletivo passivo: uma proposta de sistematização e de operacionalização

RUDINIKI NETO; Rogério

Jurisprudência Comentada

O Facebook e o acesso à informação para fins penais no Brasil à luz do Marco Civil da Internet: urgente necessidade de se firmar a jurisprudência do STJ

Rodrigo Régnier Chemim Guimarães

STF RECONHECE A TRANSGÊNEROS POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE REGISTRO CIVIL SEM MUDANÇA DE SEXO (ADI 4275)

Eduardo Cambi e Camila Christiane Rocha Nicolau

REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, n. 7, dez. 2017

Os artigos estão disponíveis, na íntegra, no endereço:

http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/Imprensa/2017/RevistaJuridica_7Edicao.pdf

Artigos

Os Termos de Ajustamento de Conduta para a proteção do meio ambiente como atos jurídicos perfeitos e a consolidação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça
Alexandre Gaio

Desconsideração da Pessoa Jurídica no Código de Defesa do Consumidor e no Novo Código de Processo Civil
Ciro Expedito Scheraiber

Critérios norteadores para a cessão de agentes pela Administração Pública
Leonardo Dumke Busatto

A inconstitucionalidade das normas que atribuem as funções de representação judicial, consultoria e assessoramento a cargos comissionados no âmbito do poder executivo municipal

Renata Sordi Lopes de Paiva

“Crônica de estupros e mortes anunciadas” e a tese de que a “ prisão preventiva para garantir a ordem pública é inconstitucional”
Rodrigo Régnier Chemim Guimarães

Os limites da revisão criminal frente a soberania dos veredictos
Ronaldo de Paula Mion e Ricardo Casseb Lois

O exercício do controle de convencionalidade pelo membro do Ministério Público
Thimotie Aragon Heemann

Reflexões acerca da legalidade e constitucionalidade das anuidades/ mensalidades pagas pelos Municípios para integrar entidades associativas
João Conrado Blum Júnior e Bruna Mayara de Oliveira

A Recomendação nº 44/2016 do Conselho Nacional do Ministério Público e a atuação ministerial na defesa do regular financiamento da Política Pública da Educação
Gabriel Móres de Lima e Hirmínia Dorigan de Matos Diniz

O posicionamento dos tribunais brasileiros acerca da ausência do Ministério Público em audiências criminais: um estudo analítico
Leandro Garcia Algarte Assunção

Seção Estudante

Indisponibilidade de bens no âmbito da ação civil pública por ato de improbidade administrativa
Guilherme Carvalho Passos

Resenhas

COMPÊNDIO DE DIREITO PENAL BRASILEIRO: PARTE GERAL
José L. González Cussac, Paulo Cesar Busato e Rodrigo Leite Ferreira Cabral

CURSO DE PROCESSO CIVIL COMPLETO

CAMBI, Eduardo; DOTTI, Rogéria; PINHEIRO, Paulo Eduardo d'Arce; MARTINS, Sandro Gilbert; KOZIKOSKI, Sandro Marcelo

Jurisprudência Comentada

Inovações da Lei Brasileira de Inclusão no CC e no NCPC e as repercussões na jurisprudência

Melissa Cachoni Rodrigues e Dandara dos Santos Damas Ribeiro

Resgatando a garantia de eficiência da investigação criminal na Súmula Vinculante nº 14, do STF

Alexey Choi Caruncho, Raquel Fulle e André Glitz

Espaço Institucional

A perda do poder familiar e os seus efeitos referentes ao direito sucessório do filho em relação aos bens deixados pelo genitor: um estudo de caso

Terezinha de Jesus Souza Signorini

Direitos sexuais e reprodutivos e a esterilização da pessoa com deficiência

Rosana Beraldi Bevervanço

CidadanizArte - Educação e Cidadania

Alessandra Fatima de Lara Onishi, Andrea de Lima Kravetz, Angela Christianne Lunedo de Mendonça, Denise Ratmann Arruda Colin, Eduardo Augusto Salomão Cambi, Leonora Simone Lucchese Piovesan, Luciana Linero, Michele Bravos e Valdir Fagundes

Espaço Memorial do Ministério Público

As raízes e as antenas dos Memoriais do Ministério Público Brasileiro

Leandro Alves dos Santos

Espaço Associação Paranaense do MP

A APMP e a defesa das prerrogativas dos membros do Ministério Público

Claudio Franco Felix e Fernando da Silva Mattos

REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, n. 6, jun. 2017

Os artigos estão disponíveis, na íntegra, no endereço:

http://www.ceaf.mppr.mp.br/arquivos/File/Biblioteca/RevistaJuridicaMPPR_6.pdf

Artigos

O princípio da solidariedade frente aos fenômenos da litigação repetitiva (repeat players) e apatia racional (rational apathy)

Alexandre Pereira Bonna

Trabalho de crianças e adolescentes e participação em espetáculos públicos: reflexões sobre o juízo competente para autorizá-los

Emerson Garcia

Vulnerabilidade financeira e economia popular: promoção de bem fundamental social em face das práticas de institutos lucrativos ilusórios (das pirâmides ao marketing multinível)

Fernando Rodrigues Martins

A participação do Ministério Público em órgãos colegiados da segurança pública

Jorge Cesar de Assis

Democracia representativa no Brasil: breves reflexões sobre a participação do povo como sujeito político

Luiz Edson Fachin e Christine Peter da Silva

A efetividade da aplicação da nova lei de medidas cautelares pessoais (Lei nº 12.403/11) pelo Tribunal de Justiça do Paraná

Pedro Henrique Machado da Luz e Rodrigo Régnier Chemim Guimarães

Conversão da ação individual em ação coletiva: análise do conteúdo do artigo 333 do CPC/2015, das razões do veto da Presidente da República e do aproveitamento do instituto no atual sistema processual

Eduardo Cambi e Marcos Vargas Fogaça

O Poder Judiciário como Agente de Veto no Brasil

Viviane Lemes da Rosa e William Soares Pugliese

A (im)possibilidade da mediação nos procedimentos especiais

Marcos José Porto Soares

Mudanças climáticas: estratégias de litigância e o papel do Judiciário no combate as causas e efeitos do aquecimento global no contexto brasileiro

Vinicius Lameira Bernardo

Cinema e literatura como ferramentas para enfrentamento da crise didático-pedagógica do ensino jurídico pela via da empatia

Fernando da Silva Mattos

Lei 12.846/13, Acordos de Leniência e o Processo Administrativo Sancionador perante a CVM

Evandro Fernandes de Pontes

Direito à saúde: possibilidade de pretensão indenizatória para sua eficaz tutela

Marcelo Paulo Maggio

Seção Estudante

A fiscalização do sistema penitenciário pelo Ministério Público: falência da judicialização das políticas públicas

Felipe Teixeira Andrade

Resenha

Abordando a importância das áreas verdes privadas nas cidades e os instrumentos de estímulo fiscal e econômico para conservação dessas verdadeiras reservas de vida

Edson Peters

Mãos Limpas e Lava Jato: a corrupção se olha no espelho

Rodrigo Régnier Chemim Guimarães

Jurisprudência Comentada

O impacto ambiental cumulativo de pequenas centrais hidrelétricas sob a ótica da jurisprudência: a necessidade de avaliação ambiental integrada

Robertson Fonseca de Azevedo, Douglas Herrera Montenegro e Dandara dos Santos Damas Ribeiro

Área da infância e juventude

Luciana Linero

Espaço Institucional

Aplicação da Lei Maria da Penha em relações de parentesco e a presunção da vulnerabilidade da vítima mulher no contexto de desigualdade de gênero

Mariana Seifert Bazzo, Susana Broglia Feitosa de Lacerca e Camila Mafioletti Daltoé

REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ , n. 5, dezembro – 2016

Os artigos estão disponíveis, na íntegra, no endereço:

<http://femparpr.org.br/site/publicacao/revista-juridica-do-mp-pr-5a-edicao/>

Artigos

O fetiche metropolitano: colocando as ideias em ordem com o Estatuto da Metrópole
Alberto Vellozo Machado, Odoné Serrano Júnior, Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino, Laura Esmanhoto Bertol e Débora Follador

Um conceito de consumidor equiparado. A contextualização do locatário
Ciro Expedito Scheraiber e Naira Regina Meira de Vasconcellos

Subfinanciamento da saúde pública e (des)cumprimento pela União do regime de gasto mínimo fixado pela LC 141/2012
Élida Graziane Pinto

Da aplicação da teoria da cegueira deliberada nas ações de improbidade administrativa
Evandro Augusto Dell Agnelo Santos e Diane Fernandes Fornaciari

O Ministério Público como fiscal da ordem jurídica na Constituição 1988 e no novo CPC para o Brasil
Gregório Assagra de Almeida

Abertura constitucional e segurança jurídica: uma primeira leitura sobre o PLS 349/2015 à luz do direito à educação
Hirmínia Dorigan de Matos Diniz

Do dano ao patrimônio municipal decorrente da implantação de loteamentos clandestinos: responsabilidade de agentes públicos e loteadores
Hugo Evo Magro Corrêa Urbano e Ítalo João Chiodelli

A análise do comportamento da vítima enquanto circunstância judicial e seus reflexos na individualização da pena
Isabella Demeterco e Marion Bach

A Lei de Improbidade Administrativa e o transcurso da prescrição: uma nova perspectiva à luz do princípio da “actio nata”
Leonardo Dumke Busatto

O controle social e jurídico das deficiências do saneamento básico em tempos de crise hídrica e surto de dengue, zika e chikungunya. Um ato revolucionário?
Melissa Cachoni Rodrigues

O instituto da Recomendação
Régis Rogério Vicente Sartori e Letycia Bialle

O uso do ECA no combate ao Bullying

Tales Alves Paranahiba e Taís Alves Paranahiba

Espaço do Estudante

Efetividade e Tempestividade do Direito Fundamental de Ação em Tutelas Coletivas
Daniela do Sacramento Silva

Resenha

Ministério Público e Princípio da Proteção Eficiente
Fábio André Guaragni

Jurisprudência Comentada Cível

A presunção da paternidade na união estável e o seu reconhecimento post mortem em sede de averiguação oficiosa
Terezinha de Jesus Souza Signorini

Jurisprudência Comentada Penal

O tráfico privilegiado e o reconhecimento da ausência de hediondez. Reflexos para fins do indulto natalino
Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, do Júri e de Execuções Penais

Espaços Centros de Apoio, Coordenações e Grupos de Atuação Especiais

A Rede Ambiental das Bacias Hidrográficas – histórico e resultados
Melissa Cachoni Rodrigues e Douglas Herrera Montenegro

“Consumidor Vencedor” e a garantia de efetividade na proteção dos direitos dos consumidores exercida pelo Ministério Público
Ciro Expedito Scheraiber e Giovanna De Marchi Capeletto

Espaço Memorial do Ministério Público

125 anos de Ministério Público Araucariano
Sergio Renato Sinhori

REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ , n. 4, agosto – 2016

Os artigos estão disponíveis, na íntegra, no endereço:

http://www.ceaf.mppr.mp.br/arquivos/File/Biblioteca/RevistaJuridicaMPPR_4.pdf

Artigos

Inquérito Civil: Entre avanços e retrocessos - Análise Crítica do PLS 233/2015
Cláudio Smirne Diniz, Eduardo Cambi e Mauro Sérgio Rocha

Ministério Público. Investigação criminal, controle externo da atividade policial e seu protagonismo na definição de políticas criminais
Emiliano Antunes Motta Waltrick

A defesa das prerrogativas dos membros do Ministério Público: uma garantia de toda a sociedade
Fernando da Silva Mattos e Cláudio Franco Felix

Distinção entre corrupção, improbidade administrativa e a má-gestão da coisa pública
Marcos José Porto Soares e Alexandre Araujo Pereira

A audiência de custódia e as funções institucionais do Ministério Público
Maurício Cirino dos Santos

Breves ponderações sobre a proposta de extensão da “audiência de custódia” para adolescentes acusados da prática de ato infracional
Murillo José Digiácomo

A Previsão Normativa do Direito Fundamental ao Ambiente Ecologicamente Equilibrado na Constituição de 1998
Ney de Barros Bello Filho

Déjà vu: diálogos possíveis entre a Operação “Mãos Limpas” italiana e a realidade brasileira
Rodrigo Régnier Chemim Guimarães

A Regionalização como Estratégia de Proteção do Meio Ambiente
Melissa Cachoni Rodrigues

Reflexões sobre os Princípios do Equador, a Responsabilidade Ambiental das Instituições Financeiras e a Caixa de Pandora dos Danos Ambientais
Priscila da Mata Cavalcante

O curso de preparação e aperfeiçoamento e a aprendizagem do exercício das funções ministeriais no Ministério Público do estado do Paraná
Samia Saad Gallotti Bonavides, Tania Teresinha Bruns Zimer e Leonora Simone Lucchese Piovesan

Extinção de fundação privada: função social, procedimentos e objetivos
Terezinha de Jesus Souza Signorini

Resenha

Aplicação Direta dos Princípios Constitucionais: controle de constitucionalidade das decisões

judiciais, de Mauro Sérgio Rocha
Eduardo Cambi

Jurisprudência Comentada Cível

Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.357 MC/DF (publicada no DJe de 20.11.2015), com pedido de medida cautelar. Relator: Min. Edson Fachin. Requerente: Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN. Decisão monocrática: pedido de suspensão da eficácia do parágrafo 1.º do artigo 28 e caput do artigo 30 da Lei n.º 13.146/2015 – indeferimento da medida cautelar ad referendum do Plenário do STF
Hirmínia Dorigan de Matos Diniz e Gabriel Móres de Lima

Jurisprudência Comentada Penal

Recurso Extraordinário nº 603.616
André Tiago Pasternak Glitz

Espaços Centros de Apoio, Coordenações e Grupos de Atuação Especiais

Os Grupos Especializados na Proteção do Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa (GEPATRIA's)

Alexey Choi Caruncho e Carlos Alberto Hohmann Choinski

O Ministério Público e sua relação com a propaganda política.

O espaço da autocomposição e a eficácia dos tac's no direito eleitoral

Armando Antonio Sobreiro Neto

REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ , N. 3 – 2015

Os artigos estão disponíveis, na íntegra, no endereço:

http://www.ceaf.mppr.mp.br/arquivos/File/Biblioteca/RevistaJuridicaMPPR_3.pdf

ARTIGOS

Ações afirmativas, justiça e igualdade

Clémerson Merlin Clève

Sobre o que a mediação penal (não) pode ser: uma abordagem crítica das práticas luso-brasileiras

Cristina Rego de Oliveira

Efetividade do direito à saúde pública no Brasil

Eduardo Cambi e Daniele Bohrz Boff

Interpretação constitucional e “pensamento de possibilidades”

Gilmar Ferreira Mendes

Ministério Público brasileiro, uma breve análise da sua evolução nas constituições brasileiras

Ítalo Costa Dias

Unasul e a cidadania cosmopolita

José Sebastião Fagundes Cunha

O caminho para o Brasil: A única saída

Judas Tadeu Grassi Mendes

A presunção da inocência e a impossibilidade de inversão do ônus da prova em matéria criminal: os Tribunais Estaduais contra o STF

Lenio Luiz Streck

Cultura e previsibilidade do direito

Luiz Guilherme Marinoni

A proteção jurídico-penal do correio eletrônico no Direito Penal espanhol: um parâmetro para o legislador brasileiro

Marcelo Cardoso Pereira

Sobre o juízo de admissão do pedido de provas no processo penal

Rodrigo Leite Ferreira Cabral

Ministério Público: responsabilidade política e social - da teoria à prática

Samia Saad Gallotti Bonavides, Tania Teresinha Bruns Zimer e Leonora Simone Lucchese Piovesan

SEÇÃO ESTUDANTE

O Interrogatório Judicial do Acusado: Sob a Perspectiva do Direito

ao Silêncio e da Busca da Verdade
Hugo Campitelli Zuan Esteves

RESENHA

Princípio da Litigiosidade Mínima
Wilson Euclides Guazzi Massali

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA CÍVEL

A possibilidade de dispensa da nomeação de curador especial à lide em ações de interdição nas quais o MP atua como fiscal da lei:
uma análise sob a recente perspectiva do STJ
Terezinha de Jesus Souza Signorini

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA PENAL

Argumento “da” autoridade: da imparcialidade do juiz togado
frente ao jurados
Marcelo Balzer Correia

ESPAÇO CENTROS DE APOIOS

Conexões entre a teoria crítica dos direitos humanos e a atuação
do Ministério Público para sua proteção: uma homenagem a
Joaquin Herrera Flores
Fernando da Silva Mattos

REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ , N. 2- agosto- 2015 (Online)

Os artigos estão disponíveis, na íntegra, no endereço:
<http://femparpr.org.br/site/publicacao/revista-juridica-do-mp-pr-2a-edicao/>

Propostas do Ministério Público do Estado do Paraná de alteração legislativa no combate à corrupção e à impunidade, por Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertoncini, Rodrigo Regnier, Chemim Guimarães, Fábio André Guaragni e Eduardo Cambi

Considerações acerca da necessidade de homologação do Termo de Ajustamento de Conduta pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Paraná, por Cristiane Aparecida Ramos, Ítalo João Chiodelli e Régis Rogério Vicente Sartori

Pessoas em situação de rua e direitos prestacionais, por Emerson Garcia

O direito à consulta prévia às comunidades indígenas e a atuação do Ministério Público para a sua concretização, por Fernando da Silva Mattos

Fonte normativa da legitimação extraordinária no novo Código de Processo Civil: a legitimação extraordinária de origem negocial, por Freddie Didier Jr.

As mudanças da nova lei do divórcio em matéria de dissolução do casamento, por Inacio de Carvalho Neto

Código civil brasileiro: Entre avanços e retrocessos, por Luiz Edson Fachin

O Fundamento Moral do Direito à boa administração, por Marco Aurélio Romagnoli Tavares

Proteção à infância e juventude: é preciso mudar o “foco”, por Murillo José Digiácomo

IDEB 2013, por Pedro Demo

Pimenta Bueno: ideias precursoras do processo penal brasileiro no Segundo Império, por Rodrigo Régnier Chemim Guimarães
Seção Interprosa

Dona Helena, por Eduardo Augusto Salomão Cambi

A urgência nossa de cada dia, por Fernando Augusto Sormani Barbugiani

Seção Prata da Casa

Edição 2014 – “Ação Inovadora” – Cadastro da Prática ou Ideia, por Nicole Pilagallo da Silva Mader Gonçalves

Seção Estudante

Ações Coletivas para a tutela de Direitos Individuais Homogêneos: Por uma racionalização do Serviço Justiça, por Roberta Lopes de Carvalho

Resenha

As lógicas das provas no processo, de Deltan Martinazzo Dallagnol, por Andreia Cristina Bagatin

Jurisprudência Comentada Cível

Da aplicação da Lei de Improbidade Administrativa aos Agentes Políticos, por Cláudio Smirne Diniz e Mauro Sérgio Rocha

Jurisprudência Comentada Penal

A Súmula n.º 521 do Superior Tribunal de Justiça e a questão afeta à ilegitimidade ativa do Ministério Público para a execução da pena de multa: Deformação de uma alteração legislativa ou mero pragmatismo?, por Alexey Choi Caruncho

Espaço Centros de Apoio

A ADI 1.842/RJ e a Lei 13.089/2015: novos paradigmas jurídicos para as Regiões Metropolitanas brasileiras? por Alberto Vellozo Machado, Odoné Serrano Júnior e Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino

A busca domiciliar de drogas e a apreensão de direitos fundamentais, por Maurício Cirino dos Santos

REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ , N. 1 - 2014

**Os artigos estão disponíveis, na íntegra, no endereço
http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/revista_mppr/Revista_MPPR_virtual.pdf**

Artigos

O Poder investigatório do Ministério Público como Cláusula Pétrea
Eduardo Augusto Salomão Cambi e Henrique Bolzani

O Conselho Nacional do Ministério Público e a semântica do “controle”
Emerson Garcia

A responsabilidade civil em caso de desistência da adoção
Guilherme Carneiro de Rezende

Atuação do Ministério Público dos estados junto aos Tribunais Superiores
Hirmínia Dorigan de Matos Diniz

Processo legislativo e qualidade das leis: Análise de três casos brasileiros
Hugo Evo Magro Corrêa Urbano

Ativismo judicial e o problema metodológico da discricionariedade judicial para a formação de uma política criminal
Isaac Sabbá Guimarães

A estruturação de políticas públicas como efetivo mecanismo de proteção às mulheres, vítimas de violência doméstica e familiar
Marcelo Alessandro da Silva Gobbato

A contribuição do Ministério Público à resolutiva implantação de políticas públicas de saúde: enfoque extrajudicial
Marcelo Paulo Maggio

Teoria dualista da ação: ação de direito material x ação de direito processual
Mauro Sérgio Rocha

Seção Estudante

Atuação do Ministério Público para efetivação de políticas públicas por meio da ação civil pública
Daniela Tupinambá Fernandes

Resenha

Teorias da pena, de Tatjana Hörnle (Tatjana Hörnle, *Straftheorien*, Tübingen, 2011)
Alaor Leite

Jurisprudência Comentada Cível
Claudio Smirne Diniz e Mauro Sérgio Rocha

Jurisprudência Comentada Penal
Rodrigo Regnier Chemim Guimarães

Espaço Centros de Apoio

Projeto Estratégico: Atuação do Ministério Público para a criação de vagas na educação infantil